

Jorge Fernandes Alves, A Indústria Têxtil do Vale do Ave. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) - *Património e Indústria no Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002, p. 372-389.

A Indústria Têxtil do Vale do Ave

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo:

Esboçam-se as principais linhas de força do processo de implantação da indústria algodoeira, considerando a tradição histórica do linho, decisiva na sua anterioridade para criar culturas de trabalho na têxtil. Com a preponderância do algodão, o Vale do Ave, pelas características estruturais e potencialidades industriais, constituiu um pólo de atracção de iniciativas empresariais e de capitais que se traduziram na criação um tecido industrial difuso, em que os cursos de água demarcam as linhas da implantação fabril. Marcado pela monoespecialização, por debilidade empresarial, pela profunda feminização do operariado, este núcleo algodoeiro tem, porém, assumido um lugar cimeiro em riqueza produzida e criação de trabalho.

Abstract:

The textile industry of Vale do Ave

Flax historical tradition was decisive to outline the main ideas of cotton industry implantation as well as it was before to generate working cultures in Vale do Ave textile industry. With the preponderance of cotton transformation, Vale do Ave, for its structural characteristics and industrial potentialities, has constituted an attraction pole of enterprising initiatives and finance which led to a diffuse industrial location, in which streams traced out manufactory implantation. Characterized by a mono-specialization, manager debility, and deep working class feminisation, this cotton-manufacturer centre however, has been assuming a top position in terms of richness' production and generation of working opportunities.

1. Tradição e inovação

Perde-se nos fios da história a memória da indústria têxtil no Vale do Ave, ancorada a um antiquíssimo e laborioso movimento de transformação do linho, gerador de uma dinâmica comercial em que Guimarães e, um pouco mais longe, o Porto polarizavam os processos de uma troca que tinha contornos geograficamente bastante amplos. Ligadas à auto-suficiência da vida rural, as actividades de fiação e tecelagem emergem na região como complemento natural da faina agrícola, essencialmente como trabalho feminino que aproveita os tempos vagos das cadências da terra para transformar o linho ou a lã. Fiava-se, com a roca colada à cintura, em casa, de dia ou ao serão, ou andando na vigia do gado pelos lameiros abundantes na bacia do Ave, por sua vez propícios à cultura do linho nos tempos apropriados. E casa agrícola que se prezasse tinha o seu tear, para do fio passar ao tecido.

O salto para a intensificação que leva à produção para além do uso doméstico explica-se com um nome que se conota com magia criadora: mercado. É a percepção difusa de uma procura de fios e de panos, articulada com conhecimento de capacidades humanas e qualidades locais de produção, que induz uma

produção especializada, fazendo girar o produto num circuito personalizado no comerciante/intermediário, criando uma rede de produção assente em pequenas oficinas e no trabalho domiciliário. Para a zona de Guimarães esta dinâmica comercial de tempos imemoriais está já documentada em incontornáveis trabalhos de erudição histórica (Alberto de Sampaio ou de A. L. Carvalho). E a exposição industrial de Guimarães, realizada em 1884, teve o mérito de evidenciar de modo exuberante a persistência desta tradição local da produção de linho e sua transformação em fio e tecido, bem como as suas variantes mistas, perante a transformação radical que já era visível, com o algodão a sobrepor-se no consumo e a remeter o linho para uma actividade residual: por alturas da exposição, o fio de linho era já abundantemente importado, tendo declinado a cultura local da planta. Nesse ano, numa tentativa de recuperação desta indústria histórica pela mecanização, iniciava-se o processo de aquisição e de transferência tecnológica: Costa Guimarães, Filho & C^a mandaram um caixeiro tirocinar em Manchester e encomendaram teares Jacquart para iniciarem uma fábrica de tecido de linho, com energia a vapor - a Fábrica do Castanheiro, criada em Guimarães, em 1885, mas que se dedicaria tanto ao linho como ao algodão.

Com efeito, se o linho foi uma marca duradoura de Guimarães e seus arredores, o algodão sobreveio bastante cedo na zona mais vasta do Vale do Ave, percebendo-se o seu fabrico, ainda que sob a forma de tecido misto com o linho, com a seda ou a lã desde os inícios do século XIX, pelo menos. Muito rapidamente o algodão ganhou um papel determinante, por via das inovações revolucionárias do trabalho industrial, que o transformam num produto popular, de baixo custo (os preços do algodão em rama baixaram gradualmente durante o século XIX, devido à introdução de máquinas e ao alargamento das áreas de cultura nos Estados Unidos), com facilidade de transformação e de variedade no produto final, que subverte costumes de vestuário pelo mundo inteiro, através das chitas, dos cotins, das flanelas e de outros tipos de tecidos.

Sedimentado no Porto desde há muito, com caminho facilitado pela função de plataforma de comércio colonial que aquela Cidade representava, o algodão vai subir gradualmente para as zonas periféricas, atingindo nesse alastramento algumas áreas do Vale do Ave. Podemos mesmo dizer, na esteira dos publicistas do algodão de há um século, que "a indústria do algodão, apesar de trabalhar sobre matéria-prima exótica, encontrou entre nós condições de vida muito especiais" (SEABRA 1904:16), de tal forma que se tornou na primeira indústria nacional (apontava-se, em números redondos, para 25 mil operários por 1900, para 50000 por 1940, para 75000 por 1974). É ainda, em grande parte, sobre a indústria de algodão, a sua capacidade de transformação e as necessidades de abastecimento de algodão-em-rama, que se reequacionam as ligações de Portugal às colónias, vislumbradas desde os inícios do liberalismo pelo marquês de Sá da Bandeira, embora só concretizadas, tardiamente e de forma discutível, pelo Estado Novo, sob a fórmula do Acto Colonial de 1933 e as realizações práticas ao nível das plantações em Moçambique e Angola. Se a política colonial não deriva directamente da indústria algodoeira, é através da exploração algodoeira no Ultramar que melhor se vislumbra o modelo colonial institucionalizado pelo Estado Novo (FORTUNA 1993).

2. O sistema fabril

Se deixarmos de lado as questões económicas mais amplas, a perspectiva histórica em relação ao Vale do Ave tem de focalizar-se sobre um facto simbólico que vai alterar significativamente a atmosfera de trabalho da região: a "erecção" da Fábrica de Fiação do Rio Vizela, em 1845, em Negrelos, Santo Tirso. Liderada por um técnico francês, Eugene Cauchoux, que arrasta consigo um grupo de industriais de tecelagem e de negociantes do Porto, os quais participavam do capital e asseguravam o escoamento ao fio produzido pelas fábricas de tecelagem que detinham, esta fiação representa uma tentativa, com sucesso, de produção mecanizada de produção de fio, a partir do aproveitamento da energia hidráulica. Com o decorrer do tempo, esta fiação tornou-se um factor determinante no mercado regional do fio, quer pelo que fornecia às tecelagens da cidade, quer pelo que vendia a intermediários que o faziam chegar às inúmeras tecelagens oficinais e domésticas, sendo considerada no Inquérito Industrial de 1881 como o principal elemento regulador dos preços do fio de algodão.

No caso da *Rio Vizela*, tratava-se, fundamentalmente, de promover o aproveitamento do chamado "motor natural", ou seja, tirar partido do aproveitamento de um curso de água para mecanização do processo produtivo. Com algumas dificuldades iniciais de arranque, colocada desde o início na órbita dos industriais de tecelagem, a Fiação do Rio Vizela acabará por alcançar os seus objectivos, vindo a tornar-se na maior fábrica de fiação e tecelagem do Norte, chegando, nos seus tempos áureos, a dar trabalho a quase três milhares de trabalhadores (ALVES e LACERDA 1996). Numa rota têxtil da região do Ave, a Rio Vizela ocupará sempre um lugar matricial.

A Fiação do Rio Vizela iniciou, com alguma antecedência, um movimento de saída de iniciativas fabris da cidade do Porto, onde se concentrava o núcleo nortenho da têxtil algodoeira, que tradicionalmente consumia fio produzido em sistema de domicílio e/ou importado de Inglaterra, embora houvesse uma ou outra fábrica portuense que já assegurava, pelo menos em parte, a produção própria de fio através da utilização de *mules* ou aparelhos de fiar, como era o caso da fábrica de Jacinto da Silva Pereira, sediada no Porto (ALVES 1999a). No decorrer da década de 1870, a fiação vai mesmo dar origem a importantes fábricas sediadas no Porto (por exemplo, a CFT do Porto, a CF Portuense, F. de Salgueiros), com elevados capitais e instalações mecânicas com base na energia a vapor. Haverá, porém, uma derivação fabril para as zonas rurais, decidida essencialmente sobre os menores custos de produção que os aproveitamentos hidráulicos propiciavam, desenvolvendo-se uma procura de locais bafejados por cursos de água propiciadores de quedas de água, numa situação em que quase todos os factores acabariam por serem mais acessíveis (terrenos, energia, mão-de-obra), compensando o afastamento dos mercados e inerentes transportes. Mas teremos também de chegar aos anos de 1870 para se observar a criação de outras fábricas algodoeiras no Vale do Ave, com a criação da Fiação do Bugio, em Fafe, datada de 1873. Do Porto, vão então partir mais algumas iniciativas fabris para a província, destacando-se na direcção da bacia do Ave, a Companhia Rio Ave, que estabeleceu uma Fábrica de Fiação e Tecelagem, em Retorta, Vila do Conde (1878), após revisão de um projecto inicialmente mais amplo, desenvolvido pelo Banco do Porto, num inesperado investimento industrial que, após algumas vicissitudes, veio a ser uma fábrica algodoeira importante e exemplar no seu aproveitamento técnico (com máquina a vapor e roda hidráulica) e económico (OLIVEIRA 1908), mostrando, por outro lado, a dimensão das potencialidades industriais

do rio Ave, praticamente colonizado pela indústria algodoeira, que, com o correr do tempo, se acopla quase da nascente à foz deste rio.

A produção dessas fiações e de outras (com destaque para Tomar, Alcobaça e Crestuma) terá mesmo originado, na década de 1880, uma "crise resultante da excessiva produção de fio de algodão para a qual haveria remédio no desenvolvimento da tecelagem" (VASCONCELOS 1983: 51), situação a que não são estranhas as movimentações pressionando a favor do proteccionismo nacional e do mercado ultramarino, bem como à concomitante explosão da tecelagem na década de 1890, emergindo dessa nebulosa densa algumas fábricas designadas de completas, isto é, as que procuravam associar fiação e tecelagem, acoplando estes dois segmentos têxteis e, uma ou outra, ainda a tinturaria e estampagem, numa linha mais verticalizante. Fiações há que partem para esta atitude, sendo precisamente a Fiação do Rio Vizela uma das que evolui para este caminho.

A mecanização, na sua lenta implantação, propiciou o movimento que, gradualmente, conduziu o Vale do Ave para a quase monoespecialização algodoeira, estabelecendo uma implantação industrial difusa, que, numa primeira fase, tendeu a seguir os cursos de água para aproveitamentos hidráulicos, só ganhando disseminação pelos interiores campestres quando passou a dispor de outros recursos energéticos (os motores a gás, o vapor, a electricidade). A estes factores, acrescentemos as comunicações: iniciadas em 1845, as estradas do Porto para Guimarães e Braga só se concluem na década de 1850. A linha férrea do Minho, variante Porto-Braga só é inaugurada em 1875, ano em que arranca a linha Porto-Póvoa de Varzim, com prolongamento a Famalicão em 1881. E a linha Porto-Guimarães, iniciada em 1871, só chega a esta cidade em 1884, com prolongamento a Fafe em 1907. Um crescimento irregular, que dificultou o crescimento industrial da região.

Assim, pela década de 1880, a Norte, ainda poucas fábricas eram dignas de nota fora da cidade do Porto. Quando os inquiridores industriais de 1881 correram o distrito de Braga, para além da fábrica de papel de Ruães (mais tarde Companhia Fabril do Cávado, incluindo uma unidade têxtil), que ficava fora da área geográfica que nos interessa, só sublinhavam a fiação do Bugio, em Fafe, e a Fábrica de tecidos de algodão e linho do Castanheiro, de António da Costa Guimarães. E sublinhavam que em todas elas se pressentiam as relações da emigração e dos "valiosos capitais adquiridos no Brazil", uma parte deles vertidos em quotas de sociedade ou em acções, incluindo-se alguns "brasileiros" nos corpos sociais de algumas empresas.

A Fábrica de Fiação de Algodão do Bugio, a escassos 7 Km da vila de Fafe, estabelecida em 1873, é, pois, uma iniciativa também a realçar, derivada da iniciativa de um emigrante de retorno (José Florêncio Soares), organizada como parceria, mas com retorno posterior a empresa individual do seu criador. Uma vez executada a proibição estatutária da Fiação de Vizela em receber estranhos, o que impossibilitou qualquer observação dos inquiridores de 1881, a descrição da Fiação do Bugio ganha relevo, para percebermos a estrutura fabris destas unidades no Vale do Ave. De localização relativamente interior, procurada pelas possibilidades hidráulicas que o pequeno rio Bugio deixava antever, a Fiação dependia do aproveitamento de uma queda de água de 21 metros, aproveitada por duas turbinas. Mas, como o Bugio era um riacho de pequena dimensão, a fábrica cedo descobriu que só podia contar sazonalmente com a energia hidráulica: a escassez de água na estiagem só permitia então operar meio dia, para dar tempo ao enchimento das represas. Com um capital accionista de 100 contos de réis, a administração já

em 1881 tinha encomendada uma máquina a vapor para compensar aquelas falhas energéticas e fazer funcionar regularmente o seu equipamento, originário de J. Hetherington & Sons, de Manchester, e que então constava de quatro batedores, dezoito cardas e carruagens de fiação de 6000 fusos, A matriz operária da Fiação do Bugio, típica destes processos industriais, estava organizada do seguinte modo: 80 raparigas até 15 anos de idade, que ganhavam entre 80-100 réis; 30 raparigas entre 15 a 25 anos, com salários entre 110 a 150 réis; 20 rapazes, a 160 réis; 20 homens, a 300 réis; e "um mestre inglês que dirige tudo ganha 1200\$000 réis".

Este padrão da estrutura fabril, em tudo semelhante aos que se conhecem para as indústrias têxteis oitocentistas de outros países, vai mais tarde multiplicar-se pelas várias fábricas do Vale do Ave. Ganharão relevo características como a natureza extensiva da mão-de-obra, os baixos salários e as consequentes feminização e juvenilização do operariado, com os homens adultos a exercerem essencialmente funções de vigilância, de manutenção dos maquinismos e de serviços de apoio. E, ao nível motor, destaca-se a energia hidráulica, até se implantar mais tarde a electricidade, com recurso a máquinas a vapor de pequena dimensão para os períodos de estiagem.

O inquérito industrial de 1890 já nos fornece uma imagem mais precisa sobre o sector do algodão, no distrito de Braga, vislumbrada pela referência a numerosas unidades de tecelagem para os concelhos envolventes do Ave e, em escala reduzida, para o curso do rio Cávado. Assim, temos unidades referenciadas nominalmente e com a respectiva localização para as situações em que se verificassem 8 ou mais operários e dados agregados para as unidades que tivessem menos de 8 trabalhadores, embora não susceptíveis de quantificação final quanto ao número global de trabalhadores, devido ao facto de numerosas unidades deste tipo não terem dado informações relativas a este quesito.

Quadro I - Unidades algodoeirias no distrito de Braga, segundo inquérito de 1890.

Concelhos	Referências nominativas - unidades com 8 ou mais trabalhadores	Pequena indústria como referência genérica - unidades com menos de 8 trabalhadores	Total de unidades
Barcelos	2		2
Braga	5	41	46
Fafe	2	4	6
Guimarães	45	33	78
Póvoa de Lanhoso		5	5
V N Famalicão	26	627	653
Vila Verde	1	4	5

Claro que estes dados são ambíguos em termos de dimensão, bastando dizer que as duas referências a Fafe dizem respeito às fábricas do Bugio, então com 180 operários, e do Ferro (CFF de Fafe), com 339 operários, dispondo já de energias hidráulicas e de máquinas a vapor, as quais não tem assim comparação com as dimensões reduzidas das restantes unidades, ainda com escassos trabalhadores e todas manuais. Mas a imagem dada pelo inquérito é suficiente para mostrar que era na bacia do Ave, particularmente nas freguesias em torno do rio Ave e do seu afluente Selho, que se conglomerava a actividade de fiar e tecer,

na faixa limítrofe entre Vila Nova de Famalicão e Guimarães. Como, de resto, confirmam testemunhos coevos:

Em algumas freguesias, a poente, sul e norte deste concelho [Guimarães], são numerosíssimas as cabanas, onde o tear manual ocupa uma parte do pavimento, ou onde a dobadoira do algodão é o instrumento de constante ocupação profissional de mulheres e raparigas; mas uma parte desta população industrial, nas épocas de maior serviço agrícola, deixa a indústria fabril pelo trabalho rural, se o salário daquela é inferior (Guimarães: 1890, 78-79).

Esta actividade transformadora, dispersa, minguada de capitais e de máquinas, que não potenciava capacidades de trabalho existentes, levava os publicistas a incentivarem a nova organização fabril mecanizada e a defenderem a orientação dos capitais dos emigrantes de retorno para esta área de actividade, como de resto já tinha acontecido em Fafe, com as duas fábricas ali existentes. Por 1890 parecia surgir também um movimento novo em Guimarães, como o encabeçado por capitalistas locais (liderados pelo Visconde de Sendelo), que acabaria por conduzir à criação de uma sociedade anónima, a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, a qual instala uma primeira fábrica em Campelos, mais tarde outra em Guimarães. E, pouco depois, era Vila Nova de Famalicão que dava sinais de modernização industrial com algum significado. E também não admira que da nebulosa de pequenas oficinas venham a surgir processos empresariais, uns mais expeditos, sabendo atrair capitais e tecnologias em iniciativas com alguma dimensão (caso de Narciso Ferreira, para as empresas de Riba d'Ave), outros de forma mais lenta mas posteriormente importantes (por exemplo, Alves Salazar, em Pedome, com a Fábrica do Caído, Cunha Guimarães, em Pevidém, com a Fábrica do Moinho do Buraco), enquanto muitos nunca chegaram a ultrapassar a dimensão oficial.

Se olharmos para a bacia do Ave pelos finais do século XIX, vemos já pulular um conjunto de fábricas algodoceiras instaladas nas margens daquele rio ou dos seus afluentes, com edifícios construídos de raiz, com alguns equipamentos modernos, mecanização e significativa concentração operária (Quadro II).

Quadro II - Instalação de fábricas têxteis algodoceiras no Vale do Ave, séc. XIX.

Concelho	Data	Empresa
Santo Tirso	1845	Fiação do Rio Vizela, em Negrelos.
Fafe	1873	Fiação do Bugio
Vila do Conde	1875	Companhia Industrial e Agrícola Portuense, depois Companhia Rio Ave (1878), em Retorta.
Guimarães	1884	F. a Vapor de Tecidos de Linho e Algodão do Castanheiro
Fafe	1887	C. F. T. de Fafe, junto ao rio Ferro (por transformação de uma fábrica de moagem anterior).
Guimarães	1890	C. F. T de Guimarães, em Campelos, junto ao rio Ave
Guimarães	1897	C. F. T de Guimarães
V. N. de Famalicão	1896	Sampaio & Ferreira, em Riba d'Ave
V. N. de Famalicão	1896	Ribeiro Guimarães & Salazar (depois Empresa Social de Fiação e Tecidos do Rio Ave), em Pedome, conhecida como Fábrica do Caído.
Santo Tirso	1896	Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

Essas fábricas estão, assim, ligadas ao movimento fundacional da indústria moderna no Vale do Ave, intrinsecamente relacionadas com a memória do trabalho algodoeiro na região e a sua importância era clara para a economia do Norte do País. Se ampliarmos ao Norte de Portugal o *ranking* das empresas industriais da cidade do Porto, elaborado por nós em outro lugar (SOUSA e ALVES 1996: 91), seguindo as produções anuais referidas no inquérito industrial de 1890, podemos verificar que nas seis empresas com maior valor de produção, as duas primeiras eram de tabaco, mas as duas seguintes eram têxteis - FFT rio Vizela (400 contos), CFT Portuense (270 contos), tal como a colocada em sexto lugar, a recém-criada C^a de Fiação e Tecidos de Fafe (138 contos), ou seja, duas das seis maiores empresas estavam já inscritas em pleno Vale do Ave.

Na primeira e na segunda década do século XX, o quadro fabril do Vale do Ave amplia-se largamente, surgindo algumas fábricas que marcaram duradouramente o tecido industrial da região. Uma derivam directamente das empresas acima citadas, particularmente a ligadas à Sampaio & Ferreira, em Riba d'Ave: a Empresa Têxtil Eléctrica, em Bairro, em 1905, e a Oliveira & Ferreira, em Riba d'Ave, em 1909, são exemplo de uma dinâmica industrializante criada pelo grupo de Narciso Ferreira. Outras unidades que depois ganham relevo como fábricas, nomeadamente na zona de Pevidém, já constavam do inquérito de 1890, mas apenas como pequenas oficinas de tecelagem manual, surgindo, em 1912, já com processos de mecanização relativamente elaborados, como era o caso das de Inácio da Cunha Guimarães, de João Mendes Ribeiro, ou da Fábrica de Sumes). Algumas ainda manuais por esta altura (ex., Lopes Correia, que, em 1912, só urdia e tingia, dando a tecer fora a 40 tecelões), virão pouco depois a ganhar alguma dimensão (GERALDES 1913). Finalmente, há novas unidades implantadas com origem exterior à região, por iniciativas surgidas de negociantes do Porto (FFT de Delães, Empresa Têxtil da Cuca, FFT Sant'Ana, entre outras).

Por esta altura, a grande inovação local é a introdução da hidroelectricidade, claramente arrastada pela têxtil algodoeira, quer por adaptações de turbinas aos sistemas hidráulicos já existentes, quer pela construção de centrais hidroeléctricas de raiz. Neste campo, o destaque vai para a pioneira Empresa Têxtil Eléctrica, em Bairros (Famalicão), pertencente ao grupo de Narciso Ferreira, criada em 1905 e já concebida desde o início para utilização da electricidade, produzida a partir de uma pequena central instalada no Ave. Na sequência desta experiência, em 1909, Narciso Ferreira electrificou as suas duas outras empresas de Riba d'Ave - a Sampaio & Ferreira e a Oliveira & Ferreira, erguendo para isso a central de Amieiro Galego, no rio Ave. Mais tarde, este grupo empresarial vai apostar na Central do Varosa (Lamego), transportando a energia para o Vale do Ave, com central térmica de apoio em Caniços (Bairro), bem como criar a Hidroeléctrica do Ermal (um sistema de barragens no Ave, na zona de Vieira do Minho), para, nos anos 40, procederem à fusão Varosa/Ermal, criando a célebre CHENOP-Companhia Hidroeléctrica do Norte de Portugal.

Mas outras fábricas seguiram de imediato o exemplo do grupo de Riba d'Ave no campo da electrificação, tendo para isso de contar inicialmente com recursos próprios, num movimento que transformou o Ave numa cascata de pequenas mas pioneiras barragens, mais tarde muito criticadas face à necessidade de desenvolver o processo de electrificação, que se defrontava com problemas de direitos adquiridos. Refira-se, desde logo, a agora FFT do Rio Vizela, que estabelece uma central em Caniços; a FFT de Guimarães

que, em 1912, criou uma central no Ave, em Campelos, para alimentar as suas fábricas de Campelos e de Guimarães. Em Fafe, as duas fábricas ali existente produzem electricidade a partir de centrais criadas nos respectivos rios (Bugio e Ferro). A Fábrica do Moinho do Buraco procede do mesmo modo no rio Selho, em 1912. Repare-se que a energia produzida em Lindoso e transportada pelas linhas da União Eléctrica Portuguesa só na década de 20 veio resolver o problema de uma forma mais genérica, a que se associou depois a rede da futura CHENOP.

3 - A indústria caseira

Apesar da instalação de fábricas, a verdade é que o trabalho domiciliário perdurou na matriz industrial do Vale do Ave, numa situação análoga à de muitos outros territórios industriais historicamente reconhecidos, em que as fábricas não só não absorveram a capacidade de produção local como, pela sua fragilidade estrutural, fomentaram mesmo o incremento dos trabalhos ao domicílio. Os delegados do Inquérito industrial de 1881, ao referirem-se à importância industrial do distrito de Braga, sublinhavam expressamente a indústria de Guimarães nos sectores do linho, das ferragens e dos curtumes, mas reconheciam que, apesar do seu valor, a indústria era aqui "em grande parte caseira ou a domicílio", com a consequente deficiência de material, de máquinas, de processos e falta de formação do pessoal. Em Guimarães, os "industriais que fabricam estão divididos em pequenos estabelecimentos ou nos próprios domicílios, e os produtos afluem a centros que são grandes casas comerciais donde se espalham pelos mercados". Essa situação era também típica da estruturação regional da têxtil de linho e de algodão, pois, numa tradição antiga, "os comerciantes fornecem os teares e o fio, e os homens e as mulheres que tecem vendem-lhes a teia. O depósito principal destes tecidos é o do sr. António da Costa Guimarães, na rua de Santo António; foi fundado há cerca de trinta anos. Ocupa acima de cem operários de um e de outro sexo" (Inquérito Industrial, 1881).

Os tecelões espalhavam-se pelas aldeias: "em Fermentões, em Ronfe, em Serzedelo, em Creixomil, etc., fabricam-se cotins que alimentam uns 500 teares", de construção primitiva, ocupando cerca de 700 pessoas, alimentando uma *indústria caseira* cheia de dificuldades: "muitas vezes vê-se obrigada a vender com prejuízo, por falta de um pequeno capital; a maior parte das vezes, o tecelão recebe o fio à conta e ganha apenas o módico preço da tecelagem, a tanto por metro. Vive assim mal, reduzido a um elemento de uma fábrica maior [...] se trabalha por conta própria, sofre o prejuízo do empate e reduz mais o seu modestíssimo cabedal" (VASCONCELOS 1983: 54). Este histórico sistema de *putting-out* ou de "dar a fazer", na linguagem local, perdurou apesar dos processos de industrialização mais modernos, ancorando-se mesmo nas estruturas fabris e ganhando novos contornos com as regras mais rígidas impostas pelo condicionamento industrial, institucionalizado em 1931 (foi uma fórmula de expansão, perante as proibições de ampliação fabril ou de novas instalações). Naturalmente mal visto pelas estruturas oficiais, que, no século XIX, também o designavam por *sweating system* ou "sistema de suor", dado o elevado grau de intensificação do trabalho doméstico, este trabalho domiciliário, que não cumpria horários, não pagava impostos, nem seguia quaisquer formas de legislação, era naturalmente combatido, sendo uma dessas formas a tentativa de definição legal restritiva de "indústria caseira", no âmbito da legislação sobre o condicionamento, que o procura confinar apenas ao trabalho da família conjugal (CRUZ 1945).

Em todo o caso, o trabalho em teares domésticos, próprios ou distribuídos por industriais, era sentido ainda nos inícios da década de 1970 em várias freguesias de Guimarães (CPRN: 1973). Mas ainda hoje podemos ver sucedâneos dessas formas de organização industrial nas pequenas unidades que funcionam em barracões ou garagens, hoje essencialmente na confecção, garantindo não só a sobrevivência dos que nelas trabalham como constituindo uma almofada decisiva para as flutuações económicas que a indústria do Vale do Ave tem vivido, afinal desde sempre.

4- A deslocalização algodoeira para o Vale do Ave

Os finais do século XIX e inícios do século XX são anos de fortes crises no sector algodoeiro, geradas pelas dificuldades económicas derivadas da contracção do mercado nacional e do mercado ultramarino. A essa conjuntura é preciso adicionar a incontornável agitação operária, em luta pela elevação de salários, contra o movimento de mecanização que aos poucos se desenvolvia nas fábricas do Porto (muitas vezes em resposta às greves) e contra o trabalho feminino. E assim temos o contexto apropriado para incentivar a deslocalização da indústria algodoeira, do Porto para o Vale do Ave, como um facto irreversível, tendo em conta o sucesso das fábricas já existentes com uma situação favorável em face dos diversos factores de produção. Mas a verdade, é que, no decorrer dos inícios do século XX, esmoreceu a abertura de novas grandes fábricas na cidade do Porto, desaconselhadas também pelas condicionantes urbanas, apostando-se, para novas instalações, na periferia da cidade (Matosinhos, Gaia) ou mais directamente para a zona do Ave. As pequenas e grandes fábricas citadinas, continuando embora a labutar, entraram em processos de declínio, acentuando-se no período posterior à segunda guerra mundial, quando se deu a modernização e/ou implantação de novas unidades: pela década de 1950 muitas destas fábricas faliram ou encerraram, num processo que, em alguns casos, se arrastou até aos inícios dos anos 70, e a maioria dos espaços fabris começou, entretanto, a dar lugar a processos de urbanização, embora ainda persistam ruínas que estão em vias de seguir esse caminho.

Ora já no inquérito às associações de classe de 1909 a problemática das diferenças de condições de produção entre a indústria urbana e a rural era uma das questões que se procurava esclarecer, dada a forte polémica sustentada a este respeito. A ideia de que o trabalho nas vilas e aldeias (ou seja, fundamentalmente no Vale do Ave) era mais favorável aos industriais parecia clara aos operários urbanos, que apontavam a barateza da mão-de-obra e a possibilidade de prolongar os horários ali encontrados pelo patronato. A Associação dos Operários Tecelões Mecânicos do Porto estimava mesmo a diferença de custos na produção de tecidos em mais de 50% (apontando números: cotins \$030 vs. \$011; riscados \$020 vs. \$008,5; fantasia \$030 vs. \$020; flanelas \$030 vs \$015, respectivamente para a cidade vs. campo, por metro). E, reconhecendo aos produtores do campo a oneração do transporte das mercadorias, apontavam como vantagens a utilização de operários menores, de sistemas hidráulicos, de construções das fábricas mais vantajosas. E apontavam ainda: "esta desigualdade e concorrência tem ainda a agravante de algumas fábricas, como a de Riba d'Ave e outras, estarem em laboração dia e noite sem interrupção, com dois turnos de pessoal que alternadamente trabalham na manufactura" (BTI, 49: 1910: 116). Neste contexto, as medidas protectoras com que durante tanto tempo os operários se iludiram, irmanado-se nessa luta com os industriais, acabaram por constituir uma desilusão, considerando eles que afinal a pauta se tornara "anti-protectora para os operários", alargando o fosso entre o capital e o trabalho, propiciando as fórmulas

intensivas através da mecanização, com a consequente dispensa dos tradicionais tecelões, e facilitando a transferência da actividade fabril para o campo, especialmente para o território do Vale do Ave cada vez mais especializado na têxtil algodoeira.

Esta oposição entre indústrias da cidade e do campo agudiza-se em 1914, com a crise que volta a impor a semana de 3 a 4 dias de trabalho, com manifesto prejuízo do operariado. Na sessão camarária do Porto de 23.4.1914 chegou mesmo a ser apresentada uma proposta para taxar em cinco centavos cada peça de tecido cru ou branco até 50 metros, e 10 centavos por cada peça de tecido de cor, fórmula então engendrada para reunir eventuais receitas camarárias e apoiar a indústria da Cidade, medida que, pelo menos desde 1888, andava no ar, segundo o Inquérito à Indústria de Tecelagem deste ano. Naturalmente que as associações patronais (nomeadamente a Associação Industrial Portuense) não deixaram de contestar e exigir a não-admissão daquela proposta "prepotente e vexatória", que transpunha para o território interno um protecçãoismo que só era costume equacionar em termos nacionais, sendo a proposta depois retirada pelo proponente face à polémica suscitada (AIP 1915: 41-42).

Mas, como mostram as escrituras de constituição de sociedades ou as listagens das organizações empresariais (em que a fábrica se situa algures no Vale do Ave e a sede social quase sempre no Porto), são os capitais rotinados nas empresas do Porto que se deslocam para o Vale do Ave, tomando a iniciativa de constituir novas fábricas ou cooperando com pequenos produtores locais para a ampliação/renovação ou construção de raiz das suas unidades, numa penetração clara das formas de capitalismo industrial nos campos da região. Para além de garantir o espaço das decisões administrativas junto da origem do capital, o Porto era a cidade dos poderes (associações empresariais, grémios, organismos reguladores) e da redistribuição comercial, e por isso, durante muito tempo, houve a tendência para aqui se fixarem as sedes, afinal junto dos centros de regulação e dos mercados de abastecimento da matéria-prima e de distribuição do produto final. Por isso, se compreendem as afirmações de Ezequiel de Campos, para quem *"o Vale do Ave, desde Vila do Conde a Fafe (Bugio), onde se acantona uma grande indústria de fiação e tecidos de algodão, pertence à região industrial do Porto: daqui recebe e para aqui envia boa parte das mercadorias que labora"* (CAMPOS 1923).

Naturalmente, com o decorrer do tempo e o suceder das gerações, muitas fábricas ficarão nas mãos de empresários entretanto formados e originários da região do Vale do Ave, que asseguram a continuidade ou procedem à reconstrução ou reanimação das velhas fábricas, através de novas sociedades. Muitos deles vinham depois para o Porto, enquanto a Cidade assumiu aquelas funções reguladoras (só perdidas no pós-1974), vivendo com um pé na fábrica e outro na cidade, não só à procura da proximidade do poder, mas também em busca das sociabilidades urbanas para o seu agregado familiar. Neste sentido, alguns palacetes do Porto constituem-se como uma outra face da indústria algodoeira do Vale do Ave.

5 - O condicionamento industrial

A limitação administrativa em relação à abertura de novas fábricas de algodão era uma ambição dos industriais já instalados, que, perante a frequência de crises, queriam congelar o parque fabril existente. Já em 1899, a pouco conhecida Associação de Classe dos Industriais de Tecidos de Algodão (onde pontificava o conde de Vizela) tinha solicitado ao governo "para limitar o número de fábricas de tecidos,

não permitindo por espaço de 5 anos mais montagens de fábricas, visto os depósitos acharem-se completamente cheios" (A C. I. T.A: 1899).

Em 1914, esta ideia é retomada, em acção conjunta das Associação Industrial Portuguesa e Associação Industrial Portuense, num contexto de nova e grave crise, avolumada pela situação de guerra internacional. Solicitando um reforço de medidas proteccionistas e de apoio às exportações, as Associações conseguem fazer funcionar pontualmente a ideia de congelamento da capacidade produtiva, passando a existir um processo burocrático que levava as circunstâncias industriais a pedirem parecer àquelas associações antes de emitirem as licenças de funcionamento para novas fábricas.

Pouco eficaz, este tipo de soluções só teve uma resposta cabal, em 1931, com a institucionalização do chamado "condicionamento industrial", dispositivo que se dizia de transição, face à nova crise económica, mas que acabou por ser adoptado como dispositivo regulador (lei nº 1956, de 17.5.1937) e acabou por prevalecer até 1979, embora com alterações e ajustamentos pontuais (sobrevivendo assim à revolução do 25.4.1974, apesar de constituir na sua essência um dos símbolos mais identificáveis com a economia corporativa e por isso fortemente criticado, mesmo no interior do regime salazarista). Tinha como objectivos estabilizar a produção, controlando a criação de novas empresas, a ampliação e o reequipamento das existentes, procurando garantir a estabilidade da capacidade instalada e a manutenção do emprego, no âmbito dos princípios corporativos do Estatuto do Trabalho Nacional, para cujo funcionamento vão depois surgir a organização gremial e os sindicatos nacionais. Os projectos de criação ou ampliação fabril passaram a ser objecto de processos burocráticos pesados, longos e sinuosos, com o Estado a tomar decisões administrativas (e muitas vezes discricionárias), bem como a assumir outras funções reguladoras, tendo-se revelado vários efeitos perversos, dentre eles a manutenção de equipamentos obsoletos e as consequentes dificuldades de modernização sectorial, bem como a valorização de alvarás ou licenças de produção que se tornam um elemento decisivo de um mercado inerente aos planos de ampliação: comprar um alvará de uma fábrica falida era uma das poucas possibilidades de assegurar crescimento.

Em Maio de 1937 (dec. 27702), no âmbito da política corporativa, foi criado um organismo regulador para o sector algodoeiro - Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, para intervir, como o nome indica, no campo da importação de matéria-prima e sua distribuição pelos produtores, através de quotas estabelecidas, cujos mecanismos foram utilizados para impor o mercado colonial de abastecimento, com impostos adicionais para apoiar os plantadores coloniais, com a contrapartida prometida de um futuro abastecimento a preços mais favoráveis (seguem-se dois outros organismos corporativos complementares para a regulação do sector - Junta de Exportação do Algodão Colonial e o Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, em 1938). É por iniciativa daquela Comissão que surge um inquérito na indústria algodoeira, que nos fornece uma listagem das fábricas algodoeiras em 1939 (listagem publicada n' *A Indústria do Norte*, Nov-Dez. 1939, republicada em ALVES 1999b). A informação então obtida mostra a grande concentração das unidades algodoeiras no Vale do Ave e ainda verificada na cidade do Porto e suas envolventes. E, na perspectiva daquele organismo, confirmava o desequilíbrio entre tecelagem e fição, com múltiplas e frequentemente pequenas unidades de tecelagem, a que acrescia ainda a designada indústria caseira (com cerca de 10 mil teares que trabalhavam tanto para empresas industriais com instalações como directamente para comerciantes). Na generalidade,

exceptuando algumas unidades especializadas, as unidades algodoeiras fabricava "os artigos de baixo preço, de produção técnica mais fácil e de mais largo consumo", mas mesmo assim atingiam frequentemente a saturação, dadas as pequenas dimensões e o baixo poder de compra do mercado interno, que absorvia 85% das vendas anuais. Só conjunturas especiais, como a da guerra civil de Espanha, permitia esvaziar os stocks e aumentar a produção: entre Junho/1937 e Junho/1939, exportaram-se oficialmente para Espanha 120 mil contos de produtos têxteis, numa média de 5400 contos/mês (ALMEIDA 1939).

Até 1940, a política do condicionamento industrial, articulada com a designada Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, pautou-se pela oposição sistemática a ampliações de capacidades de laboração, impedindo instalações de fusos e teares que conduzissem a esse efeito. Ao mesmo tempo, procuravam-se vias para colocação de produtos nos mercados externos, dos quais os mais óbvios eram os ultramarinos, para os quais foi criada legislação protectora dos têxteis nacionais (Decs. 29772 de 22.07.1939 e 29817 de 11.08.1939). A situação de guerra internacional veio entretanto aliviar a situação crítica de excesso de produção, aligeirando-se a rigidez anterior face a novas instalações e permitindo-se alguma renovação. Neste sentido se deve entender o despacho de 23.04.1940 do Ministro do Comércio e Indústria, pelo qual se permitem ampliações das fiações com número de fusos inferiores a 3000, de tecelagens com número de teares inferior a 20, bem como autorizações para mecanismos preparatórios de fiação e tecelagem e substituição de teares manuais por mecânicos, e ainda estudos casuísticos para outras situações particulares não previstas. Por outro lado, houve concentração também pelo conhecido fenómeno de venda de alvarás, pelo qual algumas empresas podiam associar equipamento derivado de fábricas que entretanto tinham fechado ou estavam em vias de o fazer. Alvarás de fábricas que iam fechando um pouco por todo o lado eram adquiridas para favorecer a ampliação de fábricas no Vale do Ave, como nos mostram as sucessivas autorizações publicados no Boletim da Direcção Geral da Indústria. Por 1944, segundo dados oficiais, os vários concelhos integrantes do Vale do Ave detinham já uma larga maioria dos equipamentos fabris da têxtil algodoeira (Quadro III).

Quadro III - A têxtil do Vale do Ave face à dimensão têxtil nacional, 1944.

Concelhos	Fábricas				Nº de Fusos	Nº de Teares			
	Fiações	Tecelagem	Completas	Total		Manuais	Mecânicos	Automáticos	Total
Fafe		4	3	7	26196		1082	1	1083
Guimarães	4	73	15	92	90688	539	3513	2	4054
Famalicão	4	20	12	36	74429	37	3364		3401
S. Tirso	6	24	6	36	85900		3019	187	3206
V. Conde	1		2	3	37356		1265		1265
Total	15	121	38	174	314569	576	12243	190	13009
<i>Total Nacional</i>	22	165	66	253	654703	760	23579	218	24557
% Vale do Ave	68,18	73,33	57,57	68,77	48,04	75,78	51,92	87,15	52,97

Fonte: Ribeiro: 1946, 287.

Com o final da guerra e dado o clima interno aparentemente favorável à doutrina da reorganização industrial, a atitude governamental foi a de criar alguma modernização, permitindo a instalação de novas

fábricas devidamente apetrechadas com máquinas novas e a ampliação de outras no mesmo sentido, procurando um desenvolvimento equilibrado da fiação e da tecelagem e de processos automático, através do despacho normativo de 17.12.1946, que estabelecia dimensões mínimas para as novas instalações ou transformações fabris. O sentido era o de promover alguma reorganização industrial por arrastamento, levando ao desaparecimento daquelas unidades que não pudessem acompanhar esta linha de desenvolvimento, contando para isso com o efeito da modernização sobre os preços e do jogo da concorrência. Mas, quem conheça as ambiguidades da política económica do Estado Novo, não se admira da imediata adopção de medidas contrárias à reorganização industrial (doutrina polémica porque apostava no modelo das fábricas em grande e bem equipadas, contra as "indústrias de vão de escada", na expressão do seu principal mentor, o eng^o Ferreira Dias). Assim, a portaria 11879 de 07.06.1947, veio permitir que um sem número de oficinas domésticas que tinham medrado com a conjuntura favorável da guerra pudessem optar pelo regime fabril, se não quisessem ou não pudessem enquadrar-se na definição entretanto criada (dec. 36279 de 15.05.1947) para o trabalho caseiro e familiar: por esta via, a estatística oficial engrossou (entre 1947-1951) com 236 tecelagens (num total de 1462 teares, ou seja, uma média de 6,2 teares/unidade), agravando a situação típica de pulverização industrial. Se muitas destas unidades desapareceram ou foram absorvidas por outras de maior dimensão, é preciso reconhecer que os efeitos desta medida não são necessariamente negativos, tendo ajudado a injectar sangue novo no tecido empresarial. Bastará um exemplo: deriva desta situação a actual Lameirinho, instalada em Pevidém, por Joaquim Martins Coelho Lima, que desde 1935 trabalhava como preparador de teias, o qual obteve licença para funcionar em regime industrial em 12 de Maio de 1948, com apenas dois teares mecânicos; cresceu gradualmente, passando mais tarde (1965) a uma sociedade familiar, integrando os diversos segmentos rumo a uma "unidade completa"; mais recentemente (1987) transformou-se em sociedade anónima, ampliou os investimentos e assume-se como uma das mais importantes empresas nacionais em têxteis-lar. E poderíamos citar outros exemplos idênticos.

Entretanto, o anterior despacho reorganizador de 1946 favoreceu um apreciável incremento e modernização do parque algodoeiro que se desenvolveu até 1954, com incremento de fusos e de teares mecânicos e automáticos e o desenvolvimento das chamadas unidades mistas ou completas (isto é, fiações com tecelagens) complementares. Nos finais dos anos 50, sobretudo depois de se verificar uma baixa de preços do algodão internacional relativamente ao algodão de origem africana, o que dificultava a manutenção dos níveis de exportação que se vinham verificando, já se questionava este favorecimento político das unidades mistas tendente à integração vertical da indústria e à concentração, reconhecendo-se-lhes uma maior eficácia no controle de abastecimentos, na sequência da produção, na economia dos transportes ou no aproveitamento de subprodutos, mas duvidava-se já da sua capacidade de defesa face às crises e às reorientações do mercado (ROSAS 1953).

Assim, apesar de prevalecer o regime de condicionamento industrial, não se pode falar de congelamento da expansão fabril, pois esta acabou por ser favorecida por estas aberturas legitimadas por despacho ministerial, que, essencialmente, procuravam enquadrar as unidades clandestinas que iam surgindo, paralelamente a intenções modernizadoras. Houve, na verdade, um crescimento condicionado a certas regras de renovação do equipamento, mas manteve-se um panorama geral de pulverização e de arcaísmo no equipamento e métodos, de tal forma que as unidades modernas surgiam como ilhas de excepção.

Entretanto cresceu substancialmente a produção e a ocupação operária (Quadro IV), para cujos efeitos contribuiu ainda o abastecimento de algodão em rama ultramarino, entretanto mais barato do que o de origem estrangeira (após uma fase de arranque de plantações, pelos anos 30, em que era, na generalidade, mais caro do que o designado algodão exótico), se tivermos em conta os tipos mais utilizados. A sobreprodução verificada e a escassez de escoamento interno, tornava vulnerável esta indústria, colando-lhe uma representação de crise iminente, nomeadamente após a reorganização dos mercados no pós-guerra, para cuja situação se chamava a atenção, mormente do interior dos organismos oficiais, aconselhando-se estudos que a auxiliassem a trabalhar em moldes modernos, segundo os padrões internacionais, superando as lacunas técnicas e comerciais, "sob pena de se resvalar para uma crise de enorme gravidade que a indústria não está preparada para enfrentar, e que pode arrastar ao encerramento de fábricas e ao desemprego de milhares de operários e reflectir-se noutros sectores", como reconhecia o Presidente da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, em 1953, João Dias Rosas, mais tarde ministro da Economia (ROSAS 1953).

Quadro IV : Evolução do número de fábricas e da estrutura operária na indústria algodoeira, 1942-1951

Anos	Fábricas	Operariado				
		Total	Homens Maiores	Homens menores	Mulheres maiores	Mulheres menores
1942	250	43660				
1943	256	43339	13934	1173	26502	1730
1944	256	45299	14811	1307	27021	2160
1945	254	48267	15605	1489	28487	2686
1946	254	51795	16920	1928	29608	3339
1947	253	53041	17659	1969	29780	3633
1948	493	57565	18857	2618	31867	4223
1949	486	61505	20591	2592	34335	3987
1950	469	61960	21527	2628	33982	3823
1951	468	63940	23140	2732	34682	3386

Fonte: Rosas, João Dias, Alguns aspectos..., p. 14.

Mercê de sucessivas aberturas ministeriais e da disponibilização de crédito bancário, mercê de uma nova atitude da banca para com a indústria, em função de estratégias de constituição de grupos empresariais, os inícios da década de 1950 são de revitalização da indústria algodoeira, com algumas fábricas novas (18) e ampliações de instalações (77), o que se traduziu num aumento de produção e da conseqüente aceleração da procura de mercados (apesar das limitações, a produção cresceu entre 1947-1957, cerca de 50%). Este aumento da capacidade de produção não teve, durante muito tempo, correspondência no abastecimento de algodão ultramarino, e como este era efectuado em regime de cotas, levava a indústria, na impossibilidade de importar algodão do estrangeiro, a optar por laborar abaixo da sua capacidade de laboração: entre 1948/1956, o sector algodoeiro só utilizava cerca de 60/70% dessa capacidade.

Verificou-se, assim, uma crise duradoura, com muitas fábricas a reduzirem a produção e os dias de trabalho (4 dias por semana, com a inevitável perda salarial) e as mais antiquadas a fecharem (Quadro V), numa situação de instabilidade que se tornou típica, fruto da permanente reestruturação característica de um parque industrial marcado pela fragilidade das estruturas empresariais, por um mercado limitado e por intervenções avulsas por parte do governo, com a indústria algodoeira a "ser dominada e retalhada por critério apreciativos momentâneos e na dependência de despachos ministeriais de ocasião, segundo o industrial de Pevidém, eng^o João Mendes Ribeiro (BASTOS 1960:XIX). Esta situação explica que, pelas suas características históricas, o Vale do Ave acabasse por responder de uma forma mais aceitável a esta situação estrutural de crise permanente, concentrando geograficamente, cada vez em grau mais elevado, o sector algodoeiro, enquanto noutras zonas do País as fábricas fechavam de uma forma mais abrupta e quase sempre irreversível.

Quadro V - Indústria algodoeira - encerramento e (re)abertura de fábricas, 1953-1956.

Anos	Fábricas que fecharam		Fábricas que abriram ou reabriram	
	Fábricas	Nº de operários	Fábricas	Nº de operários
1953	7 tecelagens	40	6 tecelagens	79
1954	12 tecelagens	66	6 tecelagens	32
	2 fiações	497	1 fiação	150
1955	23 tecelagens	506	11 tecelagens	162
			1 fiação	56
			1 fiação com tecelagem	220
1956	2 fiações com tecelagem	1569	12 tecelagens e 1 fiação com tecelagem	318
	15 tecelagens	424		

Fonte - ROSAS, João Dias :1957, 10.

A ampliação do mercado encontrou-se no Ultramar e no estrangeiro, que, por 1957, já absorvia cerca de 20% da produção nacional, situação que entretanto vai ser ampliada, para o que muito contribuiu a adesão de Portugal à EFTA (1958), situação que, por sua vez, incentivou a modernização, dado o prazo transitório então concedido a Portugal para a posterior adesão plena. Mas para este escoamento do produto algodoeiro nacional, muito terá contribuído a normalização e incremento da produção ultramarina de algodão em rama, com a indústria a encontrar "um valioso auxílio no preço mais baixo a que recebe o algodão ultramarino sobre o preço do mercado mundial; e que este auxílio é tão decisivo que tem contribuído poderosamente para ajudar a penetração dos mercados estrangeiros, a tal ponto que, no sistema actualmente em vigor, está a funcionar como prémio à exportação", como se reconhecia oficialmente (ROSAS 1957). Foi na década de 50 que algumas empresas do Vale do Ave se redimensionaram, modernizaram ao nível de equipamentos, de diversificação produtiva e de organização administrativa, de forma que lhes foi possível sobreviver aos sobressaltos pós-1974 e afirmarem-se hoje ainda como grandes empresas têxteis, com uma importância significativa ao nível da criação de postos de trabalho e de produção de riqueza, nomeadamente na exportação (exemplos da Têxtil Manuel Gonçalves, da Riopele, entre outras).

Esta abertura de novos mercados e a dependência ultramarina suscitava nos anos 60 uma discussão acalorada entre industriais, técnicos e políticos, sobretudo pela reconhecida necessidade de reestruturação do tecido empresarial. Em que sentido? Face à doutrina prevalecente da "reorganização industrial" preconizada por Ferreira Dias e pelos seus discípulos, surgiam opiniões divergentes, que, comungando do reconhecimento dos efeitos castradores do condicionamento, não seguiam as posições favoráveis à concentração na "grande empresa". A ideia de "reorganização", no sentido previsto por Ferreira Dias, parece mesmo ultrapassada, nos meios de decisão política. Com efeito, a fábrica "grande", de sentido vertical, deixou, nos anos 60, de ser um objectivo, face à irracionalidade de que também era objecto, com o ministro Ulisses Cortês a negar que a concentração fosse uma "lei inexorável do progresso económico". E industriais comungam dos mesmos princípios, tal como João Mendes Ribeiro, figura de grande prestígio no meio têxtil, o qual defendia que "só um crescente número de pequenas unidades actualizadas e especializadas pode contribuir para a maior e mais económica produtividade qualificada", vislumbrando nas pequenas e médias empresas uma série de vantagens que hoje consideramos paradigmáticas (BASTOS 1960: XXIV).

6. Considerações finais

A indústria algodoeira tornou-se, com o decorrer do tempo, numa das mais importantes indústrias nacionais pelos níveis de produção e respectiva substituição de importações, pela elevada concentração de trabalho que propiciava (em número de fábricas e de operariado), pela dinamização económica que arrastava (algodão ultramarino, consumo de energia, dinamização de transportes...). A polarização regional que desenhava, distribuída essencialmente nos distritos do Porto e Braga e gradualmente localizada no Vale do Ave, não pode ocultar a sua dimensão nacional, representando o sector industrial mais representativo da indústria portuguesa. De crise em crise, sujeito a frequentes e por vezes anómalas intervenções estatais, o sector algodoeiro tem vindo a sofrer profundas alterações. Traumático foi, sem dúvida, o difícil processo relacionado com a perda do mercado colonial, a reconversão produtiva para mercados mais exigentes, em paralelo com o despertar sindical do operariado envolto em forte ideologização, tudo no pós 25 de Abril de 1974. Vendo fugir-lhe segmentos como a fição e a produção de menor qualidade, por imposição do reordenamento da economia global, a indústria têxtil do Vale do Ave aposta agora noutros segmentos do mercado a jusante, como a confecção, e, sobretudo, na qualidade da produção, de que durante tanto tempo andou arredia, ao mesmo tempo que incorpora mais valor acrescentado a produtos destinados aos mercados internacionais, dinâmica ancorada num conjunto algo restrito de unidades bem apetrechadas, bem como nas virtualidades do *franchising*. Para o Vale do Ave, com vários séculos de tradição têxtil e cerca de 150 anos de habituação ao modelo fabril, as fábricas de algodão (com ou sem integração de outras fibras complementares) marcam a dinâmica da sua história recente, com as velhas e altas chaminés, os "canudos" na gíria popular, a localizarem na paisagem os santuários de um trabalho persistente que tem envolvido, directa ou indirectamente, a maioria da sua população.

Bibliografia:

- A Indústria do Norte*, vários números.
- ALMEIDA, João António Simões de - A indústria algodoeira e a organização corporativa. *A Indústria do Norte*, Julho-Agosto de 1939, p. 3-39
- ALVES, Jorge Fernandes (1999a) - Uma nebulosa a noroeste - A indústria algodoeira. *Ler História*, nº 36, 1999, p.83-123.
- ALVES, Jorge Fernandes (1999b) - *Fiar e Tecer - Uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*. V.N. de Famalicão: Museu da Indústria Têxtil.
- ALVES, Jorge Fernandes; LACERDA, Silvestre (1996) - Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - as origens. *O Tripeiro*, 1996, 1-2:41-46, e 3: 84:88.
- Associação de Classe dos Industriais de tecidos de Algodão (1899) - *Relatório da Comissão Executiva*. Porto: ACITA.
- ASSOCIAÇÃO Industrial Portuense - *Relatório e contas*, vários números.
- BASTOS, Carlos (1960) - *Indústria e arte têxtil*. Porto: s/e.
- BOLETIM do Trabalho Industrial*, nº 49, 1910.
- CAMPOS, Ezequiel de (1923) - *A Crise Portuguesa*. Porto: s/e.
- CARVALHO, A . L. (1941) - *Os mesteres de Guimarães*, 2º vol. . Guimarães: s/e.
- Comissão de Planeamento da Região do Norte (1973) - *A situação profissional e familiar das operárias do concelho de Guimarães*. Porto: CPRN.
- Comissão Directora do Inquérito Industrial (1881) - *Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CRUZ, Justino (1945) - *Legislação Industrial*. Porto: s/e.
- FORTUNA, Carlos (1993) - *O fio da meada. O algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo*. Porto: Afrontamento.
- GERALDES, Manuel de Melo Nunes (1913) - *Monografia sobre a indústria do linho no distrito de Braga*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Indústria Portuguesa*, vários números.
- MENDES, J. M. Amado (1980) - Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX. *Análise Social*,61-62: 31-52.
- Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1891) - *Inquérito Industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- OLIVEIRA, Luiz Firmino d' (1908) - *Memória da Companhia Rio Ave*. Porto: s/ed.
- PEREIRA, Augusto de Castro (2000) - *Contributo para a história dos têxteis no vale do Ave: o caso da Fábrica do Caído (1890-1990)*. V.N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- RIBEIRO, E. de Queiroz (1946) - *O algodão. Da colheita à industrialização*. Porto: CRCAR.
- RIBEIRO, João Mendes (1963) - *A indústria têxtil algodoeira - nova estrutura*. S/l: edição de autor.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado (2000) - *História da Indústria Portuguesa*. Lisboa: Edições Europa-América/AIP.
- ROSAS, Fernando (1994) - *O Estado Novo*. História de Portugal, 7º vol., Lisboa: Círculo de Leitores.
- ROSAS, João Dias (1953) - *Alguns aspectos da situação da Indústria Algodoeira Nacional*. Separata do Boletim da DGS, Ano V, nºs 217 a 223.

- ROSAS, João Dias (1957) - *Esclarecimento sobre a situação da indústria têxtil*. Braga: Livraria Cruz.
- SAMPAIO, Alberto (1979) - Estudos históricos e económicos, 2º vol.. Lisboa: Veja.
- SAMPAIO, Alberto; MEIRA, Joaquim José (1884) - Relatório da Exposição Industrial de Guimarães.
Porto: Tip. de A . S. Teixeira.
- SEABRA, Armando (1904) - *A cultura do algodão em Angola*. Lisboa: Tip. Correia & Raposo.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (1996) - *A Associação Industrial Portuense. Para a História do Associativismo Empresarial*. Porto: AIP.
- VASCONCELOS, Joaquim de Vasconcelos (1983) - *Indústrias Portuguesas*. Lisboa: IPPC (organização e prefácio de Maria Teresa Pereira Viana, de uma série de artigos publicados n' *O Comércio do Porto*, em 1886-1887).